

EDITAL n.º 747/2024

EDITAL PARA EXAME DE SELEÇÃO PÚBLICA DE ACADÊMICOS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO DE INSTITUIÇÕES DE ENSINO DEVIDAMENTE CONVENIADAS COM A PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

A Procuradoria-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado de Minas Gerais (MPMG), por meio do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF), no uso das prerrogativas que lhe são conferidas pela Lei Federal nº 11.788/2008, pela Resolução CNMP nº 42/2009 e pela Resolução PGJ nº 48/2021, torna público que serão abertas as inscrições para a seleção pública destinada ao preenchimento de vaga de estágio de pós-graduação em Direito e à formação de cadastro de reserva, nos termos deste Edital.

I – DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1. O processo seletivo realizar-se-á para estudantes de **pós-graduação em Direito**.
2. São pré-requisitos para a nomeação do candidato aprovado neste processo seletivo:
 - a) ser bacharel em Direito;
 - b) ser estudante de curso de pós-graduação em Direito em instituições de ensino devidamente registradas nos órgãos competentes e conveniadas com a Procuradoria-Geral de Justiça, cujo projeto pedagógico de curso de pós-graduação tenha previsão de estágio;
 - c) ter disponibilidade de 6 (seis) horas diárias, de segunda a sexta-feira;
 - d) ter conduta compatível com o exercício das atribuições de estagiário do Ministério Público;
 - e) estar apto a cumprir pelo menos 6 (seis) meses de atividades de estágio, levando-se em consideração o disposto no artigo 11 e no §1º do artigo 59 da Resolução PGJ nº 48/2021.
 - f) **não possuir nenhum registro que o desabone junto a qualquer órgão policial ou judiciário.**
3. Todas as informações referentes a este processo seletivo serão divulgadas no Portal do MPMG, com acesso pelo link: <https://www.mpmg.mp.br/portal/menu/servicos/concursos-e-estagios/estagios/processos-seletivos.shtml>

II- DA OFERTA DE VAGAS

1. A seleção pública regulada por este Edital destina-se ao preenchimento de 01 (uma) vaga existente no **Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos, Controle Externo da Atividade Policial e Apoio Comunitário**, assim como à

formação de cadastro de reserva, observando-se, para a classificação, o disposto no item VI deste Edital.

2. Fica reservado o percentual de 10% (dez por cento) das vagas que surgirem durante a validade deste processo seletivo às pessoas com deficiência, que, no momento da inscrição declararem tal condição e cujas atribuições a serem desempenhadas sejam compatíveis com as necessidades especiais de que sejam portadoras.

2.1. Para concorrer a uma das vagas reservadas, o candidato deverá encaminhar cópia simples do Cadastro de Pessoa Física (CPF) e laudo médico, expedido no prazo máximo de 12 (doze) meses antes do término das inscrições, que indique a espécie e o grau ou nível da deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças (CID-10), bem como à provável causa da deficiência e do qual conste expressamente que a deficiência se enquadra na previsão do art. 4º e seus incisos do Decreto n.º 3.298, de 20/12/1999 e suas alterações.

2.2. Poderá ser exigida a comprovação da condição de deficiência por meio de perícia realizada por junta médica oficial.

2.3. O tempo para realização das provas, e tão somente neste caso, a que pessoas com deficiência serão submetidas poderá, desde que requerido justificadamente, ser diferente daquele previsto para os demais candidatos, levando-se em conta o grau de dificuldade apresentado em decorrência da deficiência.

2.4. Ressalvada hipótese do item anterior, o candidato que se declarar com deficiência concorrerá em igualdade de condições com os demais candidatos.

3. Fica reservado o percentual de 30% (trinta por cento) das vagas que surgirem durante a validade deste processo seletivo aos candidatos que se declararem negros.

3.1. Poderão concorrer às vagas reservadas a candidatos negros aqueles que se autodeclararem pretos ou pardos no ato da inscrição na seleção de estágio, conforme o quesito cor ou raça utilizado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

3.2. Na hipótese de constatação de declaração falsa, o candidato será eliminado do processo seletivo e, se houver selecionado ou contratado, será imediatamente desligado, sem prejuízo de eventuais sanções administrativas, cíveis e penais.

3.3. O candidato que optar por concorrer às vagas reservadas aos negros, ainda que aprovado dentro do número de vagas oferecidas à ampla concorrência, submeter-se-á a avaliação por comissão de avaliação, que emitirá parecer quanto à veracidade e correção da autodeclaração

prestada no ato da inscrição, quanto à condição de pessoa preta ou parda e o fenótipo do candidato.

4. A convocação de candidatos classificados obedecerá, a cada dez candidatos, a seguinte ordem:

- a) o primeiro, o segundo, o sexto, o oitavo, o nono e o décimo candidatos serão admitidos da lista de ampla concorrência;
- b) o quinto candidato será admitido da lista de pessoas com deficiência;
- c) o terceiro, o quarto e o sétimo candidatos serão admitidos da lista de negros.

5. Os candidatos com deficiência ou negros concorrerão concomitantemente às vagas reservadas e às vagas destinadas à ampla concorrência, de acordo com sua classificação na seleção, sendo que:

- a) os candidatos com deficiência ou negros aprovados dentro do número de vagas oferecido para a ampla concorrência não serão computados para efeito do preenchimento das vagas reservadas;
- b) na hipótese de desistência de candidato com deficiência ou negro aprovado em vaga reservada, a vaga será preenchida pelo candidato classificado na posição imediatamente posterior;
- c) na hipótese de não haver número de candidatos com deficiência ou negros aprovados suficiente para ocupar as vagas reservadas, as vagas remanescentes serão revertidas para a ampla concorrência e serão preenchidas pelos demais candidatos aprovados, observada a ordem de classificação.

6. Após o prazo de inscrição, fica proibida qualquer inclusão ou exclusão de candidato das listas de pessoa com deficiência ou negros.

7. Os candidatos com deficiência ou negros participarão do processo seletivo em igualdade de condições com os demais candidatos, no que diz respeito ao conteúdo, à avaliação, aos critérios de aprovação, ao horário e ao local de aplicação das provas e à nota mínima para aprovação exigida para todos os candidatos, em todas as etapas.

III - DO ESTÁGIO

1. A jornada do estágio será de 6 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais.

2. Fica assegurado ao estudante, integrante do programa de estágio do MPMG:

- a) realização do estágio em áreas cujas atividades sejam correlatas ao seu curso de formação;
- b) recebimento da bolsa-auxílio mensal, no valor de **R\$ 1.850,00 (mil, oitocentos e cinquenta reais)**;
- c) concessão de auxílio-transporte no valor de **R\$ 18,00 (dezoito reais) por dia estagiado presencialmente**;

- d) concessão de seguro contra acidentes pessoais;
- e) recesso remunerado de 30 dias anuais, nos termos da Resolução PGJ nº 48/2021.

IV – DAS INSCRIÇÕES

1. Antes de efetuar a inscrição, o candidato deverá conhecer a [Resolução PGJ nº 48/2021](#), o **Ato Ceaf nº 01/2023** e este Edital.
2. O MPMG não se responsabilizará por solicitação de inscrição não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação, bem como outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.
3. O estudante interessado deverá preencher o formulário de inscrição disponibilizado no endereço eletrônico <https://forms.office.com/r/jnHk2MzXlj>, no período entre **20 de setembro a 11 de outubro de 2024**.
4. É de responsabilidade do candidato informar dados pessoais e escolares corretos.
5. Caso declare algum dado incorreto, o candidato poderá atualizar a informação, com o envio de novo formulário, desde que no prazo para inscrição.
6. Caso o candidato encaminhe mais de um formulário de inscrição será considerado o último envio, dentro do período de inscrição determinado neste Edital.
7. É de responsabilidade do candidato a manutenção do e-mail, telefone e dados curriculares atualizados, para viabilizar os contatos necessários, pelo e-mail estagio-inscricao@mpmg.mp.br.
8. A inscrição implicará o conhecimento e a aceitação das normas preestabelecidas do certame.
9. A constatação, em qualquer época, de irregularidades, inexatidão de dados ou falsidade de qualquer declaração na inscrição, implicará a eliminação do candidato, cancelando-se sua inscrição e anulando-se todos os atos dela decorrentes, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.

V – DO PROCESSO DE SELEÇÃO

1. O processo de seleção compreenderá análise curricular, prova teórica e entrevista.
 - 1.1. **Análise curricular**, no valor de 30 (trinta) pontos, de caráter classificatório, na qual serão levadas em consideração a trajetória acadêmica e profissional do candidato, a partir das informações encaminhadas pelo formulário de inscrição, a saber:

- a) experiência jurídica em Direitos Humanos, Controle Externo da Atividade Policial e/ou Apoio Comunitário que permita o conhecimento da realidade social e política, bem como capacidade de avaliação dos cenários nacional e internacional contemporâneos, informando o nome da entidade (pública ou privada), o período de atuação e as funções desempenhadas;
- b) experiência acadêmica em temas de Direitos Humanos, Controle Externo da Atividade Policial e/ou Apoio Comunitário que permita o conhecimento da realidade social e política, bem como capacidade de avaliação dos cenários nacional e internacional contemporâneos, informando o nome da instituição, nome do grupo de pesquisa e/ou programa de extensão e/ou iniciação científica e/ou projetos afins, o período de atuação, atividades realizadas e trabalhos publicados;
- c) experiência e/ou formação em temas de Direitos Humanos, Controle Externo da Atividade Policial e/ou Apoio Comunitário como, por exemplo, participação em cursos, seminários, congressos, oficinas, laboratórios, além de quaisquer outras ações educacionais (acadêmicas ou não) envolvendo estas temáticas;
- d) outras experiências vinculadas à defesa de Direitos Humanos, Controle Externo da Atividade Policial e/ou Apoio Comunitário como, por exemplo, participação (inclusive voluntariado) em projeto, movimento social, órgão público, iniciativa privada, ONG, entidade popular, dentre outras iniciativas (públicas ou privadas) voltadas à defesa de direitos humanos.

1.2. Prova teórica, de caráter eliminatório e classificatório, composta por questões objetivas e/ou discursivas, que valerão 100 (cem) pontos, sobre os seguintes temas:

Constituição da República Federativa do Brasil. Dos Direitos Fundamentais. Das funções essenciais à justiça. Do Ministério Público. As funções institucionais do Ministério Público (Artigos 127, 128 e 129). A defesa dos direitos e/ou interesses difusos, coletivos, individuais homogêneos e individuais indisponíveis no âmbito do Ministério Público. Da Política Urbana. Da Segurança Pública (Artigo 144).

Direito Internacional dos Direitos Humanos. Sistemas Regionais e Global de Proteção.

Lei 12.288/2010 – Institui o Estatuto da Igualdade Racial.

Lei 7.347/85 – Ação Civil Pública.

Lei 13.869/2019 – Dispõe sobre os crimes de abuso de autoridade.

Lei 12.608/2012 – Institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil – PNPDEC; dispõe sobre o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil – SINDPDEC e o Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil – CONPDEC; autoriza a criação de sistema de informações e monitoramento de desastres.

Resolução CNMP n. 20, de 28 de maio de 2007 e suas alterações.

Resolução CNMP n. 129, de 22 de setembro de 2015.

Resolução CNMP n. 181, de 07 de agosto de 2017.

MPMG. Resolução PGJ n. 30/2020.

MPMG. Resolução Conjunta PGJ e CGMP n. 03/2013.

Lei Complementar Federal 75/93. Capítulos I e III (Do Controle Externo da Atividade Policial)

Lei Complementar Estadual 34/93. Capítulo II. Dos órgãos da administração superior. Seção VII. Das promotorias de justiça. Capítulo III. Das funções dos órgãos de execução. Seção V. Dos promotores de justiça.

Lei Ordinária Estadual 20.846/2013. Institui a política estadual para a população em situação de rua.

1.3. **Entrevista individual**, de caráter classificatório, no valor de 30 (trinta) pontos, a ser agendada, posteriormente à prova teórica, com os(as) classificados(as) para esta fase, sendo avaliados:

- a) Desenvoltura ao responder às questões (máximo de 10 pontos)
- b) Conhecimento sobre o Ministério Público e suas atribuições (máximo de 5 pontos)
- c) Interesse na vaga (máximo de 5 pontos)
- d) Conhecimento sobre os temas previstos no item V, 1.2. (máximo de 10 pontos)

1.4. Somente avançarão para a etapa de entrevista individual os candidatos não eliminados nas fases antecedentes.

VI - DA AVALIAÇÃO E DA CLASSIFICAÇÃO

1. Será atribuída à análise curricular a nota de 0 (zero) a 30 (trinta) pontos. A pontuação obtida nesta fase não será somada às notas das fases seguintes.
2. Será atribuída à prova teórica a nota de 0 (zero) a 100 (cem) pontos.
3. Será atribuída à entrevista individual a nota de 0 (zero) a 30 (trinta) pontos.
4. A prova teórica será realizada no **dia 23/10/2023, às 13h30 horas**, com duração de 2 (duas) horas, no endereço que será informado por e-mail para os selecionados na fase de análise curricular.

5. PARA A REALIZAÇÃO DA PROVA TEÓRICA NÃO SERÁ PERMITIDA CONSULTA.

6. Para a realização das provas, o candidato deverá comparecer ao local previsto com no mínimo 30 (trinta) minutos de antecedência, munido do original do documento de identificação usado na inscrição, caneta esferográfica de tinta azul ou preta, lápis e borracha.
7. Não será admitida a entrada, no recinto da prova, do candidato que se apresentar após o horário indicado para início da prova.
8. Durante a realização das provas, será adotado o procedimento de identificação civil dos candidatos, mediante verificação do documento de identidade e da coleta da assinatura.
9. Será excluído do exame o candidato que:
 - a) se negar a ser identificado, nos termos do item anterior;
 - b) se identificar na folha de respostas;
 - c) se retirar do recinto durante a realização das provas sem a devida autorização;
 - d) for colhido em flagrante comunicação com outro candidato ou pessoa estranha, por escrito ou qualquer outra forma, ou que utilizar notas, livros, impressos ou qualquer meio de consulta;
 - e) estiver portando ou fazendo uso de qualquer tipo de equipamento eletrônico de comunicação.
 - f) desrespeitar os aplicadores de prova, seus auxiliares, outra autoridade presente ou qualquer dos pleiteantes à vaga de estágio.
10. Será considerada, na avaliação, a escrita, de acordo com as regras da Língua Portuguesa.
11. Será reprovado o candidato que não obtiver o mínimo de 60% (sessenta por cento) dos pontos distribuídos.

12. A classificação será obtida pela ordem decrescente da pontuação obtida pelos candidatos aprovados, que serão nomeados para ocupar as vagas disponibilizadas obedecendo-se estritamente a essa ordem.

13. No caso de empate na pontuação, terá preferência o candidato que tiver maior idade, assim considerando ano, mês e dia de nascimento.

14. O resultado final deste processo seletivo será divulgado no sítio virtual do Ministério Público <https://www.mpmg.mp.br/portal/menu/servicos/concursos-e-estagios/estagios/processos-seletivos.shtml>, até o dia 14/11/2024.

VII - DOS RECURSOS

1. O recurso contra quaisquer atos ou resultados do processo seletivo deverá ser interposto, fundamentadamente, <https://forms.office.com/r/pw4w1L3aKx>, no prazo de 2 (dois) dias úteis, iniciando-se a contagem no dia da respectiva publicação no Diário Oficial do MPMG (<https://www.mpmg.mp.br/portal/menu/servicos/concursos-e-estagios/estagios/processos-seletivos.shtml>)

2. O recurso deverá indicar especificamente os motivos do pedido de reexame, podendo juntar documentos que entenda pertinentes.

3. O recurso inconsistente ou intempestivo será preliminarmente indeferido.

4. Em nenhuma hipótese serão aceitos pedidos de revisão de recursos, recursos de recursos ou recursos da classificação definitiva.

VIII - DA CONVOCAÇÃO E DA NOMEAÇÃO

1. O candidato classificado será convocado, observando-se a classificação, conforme disposto no item VI deste Edital.

2. A convocação oficial será feita pela Diretoria de Estágios e Convênios Acadêmicos por e-mail, utilizando-se o endereço eletrônico informado pelo candidato na inscrição.

3. Após convocação, o candidato terá o prazo de 2 (dois) dias úteis para se manifestar, podendo aceitar a vaga ofertada ou desistir do processo seletivo e ser automaticamente excluído do cadastro de reserva.

4. Não será admitida a reclassificação do candidato para o último lugar do cadastro de reserva.

5. Será considerado desistente o candidato que não responder a convocação no prazo estipulado.
6. Caso o candidato seja convocado para vaga distinta da prevista no item II, poderá rejeitar a vaga ofertada, sem prejuízo de sua classificação no cadastro reserva.
7. É irretratável a desistência do candidato do processo seletivo.
8. Em caso de recusa ou desistência, poderá ser convocado para a vaga o candidato seguinte na ordem de classificação.
9. Caso aceite a vaga ofertada, o candidato deverá encaminhar ao e-mail estagio-nomeacao@mpmg.mp.br, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da data da convocação, os seguintes documentos:
 - a) documento comprobatório atualizado de regularidade escolar, emitido pela instituição de ensino, com informação do tema e do prazo de duração ou data estimada para encerramento do curso de pós-graduação;
 - b) comprovante de colação de grau no curso de Direito;
 - c) cópia da carteira de identidade e do CPF;
 - d) cópia de comprovante de endereço;
 - e) exame médico admissional;
 - f) comprovante de licenciamento profissional junto à Ordem dos Advogados do Brasil, caso tenha a inscrição;
 - g) foto digital, 3x4cm, em formato JPG, fundo branco e resolução mínima de 200 dpi;
 - h) número da conta corrente ou universitária no Banco Itaú.
10. Após apresentação dos documentos, deverão ser providenciados, preferencialmente por meio do Sistema Eletrônico e Informação:
 - a) termo de compromisso e plano de estágio, a serem assinados pela instituição de ensino, pelo supervisor do estágio e pelo estagiário;
 - b) formulário de solicitação de nomeação, conforme modelo disponibilizado pelo MPMG);
 - c) declaração pessoal de disponibilidade de horário, inexistência de antecedentes criminais e compromisso de não-advocacia, conforme modelo disponibilizado pelo MPMG).
11. No prazo de 15 (quinze) dias, contados da convocação, a falta de qualquer dos documentos exigidos implicará a não nomeação do candidato aprovado e à desistência tácita, ocasião em que será chamado o candidato seguinte na ordem de classificação.
12. O prazo para conclusão do processo de nomeação poderá ser dilatado, a critério do responsável pela unidade para qual o candidato foi convocado.

13. As nomeações serão feitas para início das atividades, observados os prazos previstos na Resolução PGJ nº 48/2021.

IX – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

1. Para a solução de qualquer problema na inscrição ou convocação, o candidato deverá entrar em contato pelo e-mail estagio-inscricao@mpmg.mp.br ou pelo telefone **(31) 3330-9996**.
2. Para esclarecimento de dúvidas referente à realização da prova, incluindo correção e resultado, o candidato deverá entrar em contato pelo e-mail **caodh@mpmg.mp.br**.
3. O prazo de validade desta seleção pública é de 6 (seis) meses, prorrogável por igual período, contado da data da publicação do resultado final da seleção.
4. Todas as instruções, convocações e avisos relativos à seleção regida por este Edital serão divulgados na página do MPMG, por meio do *link* <https://www.mpmg.mp.br/portal/menu/servicos/concursos-e-estagios/estagios/processos-seletivos.shtml>
5. A inscrição implicará o conhecimento e a aceitação, por parte do candidato, do que determinam as legislações vigentes de estágio, os atos normativos da Procuradoria-Geral de Justiça do MPMG e este Edital.
6. A contratação de candidato aprovado dependerá da conveniência para o MPMG.
7. Os casos omissos serão resolvidos pelo Diretor do CEAF.

Belo Horizonte, 19 de setembro de 2024.

Élida de Freitas Rezende
Procuradora de Justiça
Diretora do Ceaf

Francisco Ângelo Silva Assis
Promotor de Justiça
Responsável pelo Exame de Seleção Pública